

XII MANDATO

ATA Nº. 81

Reunião extraordinária pública de 4 de dezembro de 2020

Ao quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 02 de novembro, a reunião extraordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU). ----- Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:35, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----



-----DELIBERAÇÃO-----

PONTO ÚNICO - PLANO DE DISSOLUÇÃO DA SGEB – SOCIEDADE GESTORA DE EQUIPAMENTOS DE BRAGA, SA (documentos anexados: Plano de Liquidação por transmissão global do património – ativo e passivo – para o Município de Braga e Minuta de Acordo de Credores e Acionistas) - **Deliberado aprovar, por maioria, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga) e do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS). Absteve-se o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).** -----

Os Srs. Vereadores do PS Artur Feio, Liliana Pereira e Helena Teixeira apresentaram a seguinte declaração de voto: “A SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., é uma sociedade participada pelo Município de Braga no quadro de uma parceria público-privada institucional para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal. Não obstante o interesse público municipal, a continuidade desta parceria, e na perspectiva da boa gestão, deve ser periodicamente avaliada de forma a que seja economicamente

sustentável e que não onere excessivamente as finanças municipais. É nessa perspectiva, que os vereadores do Partido Socialista consideram a proposta de dissolução e liquidação da SGEB, discutida hoje em reunião do executivo municipal, um acto de boa gestão municipal, atendendo que poderá gerar um ganho potencial para o Município a médio/longo prazo. Contudo, este é apenas o princípio de um processo que carece ainda de muitas etapas até se tornar efectivo e bem-sucedido. Assim, e não estando disponível ao dia de hoje toda a informação necessária para uma análise cabal do processo hoje iniciado, nomeadamente, o acordo escrito ainda a realizar com credores e accionistas, bem como os documentos finais de prestação de contas da sociedade, que permitirão aferir do real impacto desta operação nas contas do Município, não podem os Vereadores do Partido Socialista responsabilizar-se pelos dados agora apresentados. Salientar que é da responsabilidade do Tribunal de Contas decidir sobre a legalidade da operação de dissolução e liquidação da SGEB pelo Município de Braga e autorizar a que mesma se concretize. Assim, nas circunstâncias aqui descritas e na posse dos elementos que foram disponibilizados, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista decidem votar favoravelmente. Braga, 04 de dezembro de 2020. Os vereadores do Partido Socialista, Artur Feio Liliana Pereira Helena Teixeira. O **Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU)** apresentou, também, a seguinte declaração de voto: **Declaração de voto da CDU - coligação democrática unitária: "Proposta de dissolução e liquidação da SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga.** Em 2008, a proposta de criação desta Parceria Público-



Privada (PPP) foi aprovada apenas com os votos da maioria PS, tendo contado com a oposição e voto contra da CDU, em sede de Assembleia Municipal. Ao longo dos anos de actividade da SGEb, desde 2009, mantivemos a nossa posição de rejeição da Parceria, votando sempre contra os contratos de arrendamento submetidos a votação. Note-se que os custos anuais na ordem dos 6 ME resultam do pagamento destas rendas, aos quais acrescem as despesas de manutenção dos equipamentos. Sobre estas despesas de manutenção importa dizer que o caderno de encargos da PPP não define quem é responsável, remetendo para os contratos de arrendamento, que vieram atribuir essa obrigação ao município. Não é demais lembrar que, desde 2013, é a coligação PSD/CDS/PPM que governa o município, pelo que foi também ela responsável pela celebração de novos contratos de arrendamento com a SGEb, aos quais não mudou uma vírgula, prazos e obrigações nos mesmos termos do passado. Esta maioria foi também responsável por novas operações de financiamento, nomeadamente com o BES (Novo Banco). Em Dezembro de 2016, foi aprovada em reunião de câmara a dissolução da SGEb, com a abstenção da CDU e os votos favoráveis do PSD, CDS e PS. Justificámos a nossa abstenção, afirmando a nossa posição de sempre contra a PPP, com a incerteza relativa ao pagamento de indemnizações aos accionistas privados, assim como quanto à poupança que a operação garantia (90 milhões de euros). Nesta data, foi também aprovada a dissolução da SGEb na Assembleia Geral da empresa, ainda que os accionistas privados se tenham absterido, por discordarem do valor de indemnização (1,5 milhões de euros). Em Abril de 2017, foi aprovada em reunião de câmara a internalização da actividade da SGEb, com a abstenção da CDU e agora também do PS, e os votos

favoráveis do PSD e do CDS. Na altura, manifestámos mais uma vez a nossa discordância relativamente ao acordo de credores e accionistas. Contudo, tal operação estava dependente de visto prévio do Tribunal de Contas, o que não veio a obter, uma vez que previa o agravamento da dívida municipal em mais de 20%, ficando suspensa. Chegados a Dezembro de 2020, à luz do novo enquadramento legal relativo ao endividamento (no âmbito das respostas à pandemia), a CMB entende que pode aproveitar esta oportunidade para se endividar tendo em vista a dissolução da SGEB, sem que entre em incumprimento. Esperemos que seja esse o entendimento do Tribunal de Contas, uma vez que, objectivamente, não há relação directa entre a dissolução da SGEB e o combate à pandemia, embora se possa alegar que a libertação de recursos dará melhores condições ao município para responder à crise provocada pela Covid 19. É verdade que a capacidade de endividamento do município ficará muito limitada com esta operação, o que dificultará a resposta a outras necessidades a curto prazo, mas o resultado final apresenta-se como benéfico para as contas municipais. A proposta que nos apresentam agora volta a suportar-se num estudo económico-financeiro. Curiosamente, o valor de poupança previsto com a operação reduziu para 52 milhões de euros. Bem podem dizer que passaram 3 anos, o que reduziu o potencial de poupança, mas dando isso barato, atendendo à poupança média anual de 2,5 ME (as despesas correntes diminuem 6 ME, estimando-se um agravamento de 3,5 ME nas despesas de capital), ainda assim, nunca poderia representar uma redução de quase 40 milhões de euros no valor global de poupança. Cremos que isto vem confirmar as nossas dúvidas manifestadas em 2017 sobre o rigor dos 90 milhões de poupança prometidos. Sendo certo



que também o passivo da SGEb se viu reduzido em mais de 3,5 milhões de euros entre 2017 e 2020. Analisando a operação agora proposta, concordamos que a dissolução da SGEb é a melhor opção, independentemente do valor final de poupança, que será sempre significativo. E concordamos porque, desde logo, as PPP são sempre ruinosas para o interesse público. E esta em particular foi a galinha de ovos de ouro dos accionistas privados que, além de sócios maioritários, são fornecedores e os maiores credores da empresa, tendo realizado a construção dos equipamentos com valores muito acima dos previstos inicialmente. Resta, no entanto, uma questão por clarificar. Falamos do valor a pagar aos accionistas privados. É certo que serão reembolsados os suprimentos e pagas as obras em dívida (o que já não é pouco). Não nos parece correcto, portanto, que o município ainda ter que vir a pagar um valor que, à data. Ainda ninguém sabe qual é e está dependente da negociação com os privados, podendo mesmo chegar a Tribunal Arbitral. Posto isto, o valor ora indicado quanto à estimativa do montante que os accionistas privados irão receber por dissolução da SGEb, encontra-se pendente de negociação com os mesmos, e consequente aceitação, não podendo em qualquer caso ser interpretado na presente data como um valor fechado. Isto quer dizer que podemos estar a votar hoje uma coisa e amanhã ser outra. É um cheque em branco, cujo valor ainda irá ser definido. Por isso, e apenas por isso, reafirmando e deixando claro que somos favoráveis à liquidação da SGEb, não nos resta senão a abstenção. Câmara Municipal de Braga, 4 de Dezembro de 2020. O Vereador da CDU Carlos Almeida". O **Sr. Presidente da Câmara** começou, por referir, que é impossível falar, de forma desapassionada deste processo, pois este modelo de parceria foi, como sempre manifestou publicamente

- e nos próprios órgãos ao votar oportunamente contra - um dos maiores erros da gestão municipal, de que há memória, como recorrentemente tem sido invocado, mesmo a nível nacional. Referiu que o anterior Executivo, sob a égide do PS, socorreu-se deste verdadeiro expediente ruinoso, independentemente dos fins em relação aos investimentos que permitiu concretizar, ao invés de recorrer a um financiamento direto, optando por um modelo que levanta e levantava muitas dúvidas, designadamente no que se concerne ao cumprimento das regras de contratação pública, permitindo que fosse adjudicado um pacote único de obras e equipamentos, estimado em cerca de 65 milhões de euros, a um conjunto único de empreiteiros. Fez uma breve contextualização de todo este processo e das iniciativas tendentes a reverter e a extinguir esta sociedade, perante os impactos extremamente negativos que causou e causa nas contas do Município. Por isso, logo em 2013, aquando da tomada de posse deste Executivo, suspendeu todo o pacote de investimentos em obras que estavam previstos realizar. -----

O ponto único ora apresentado a votação afigura-se agora legalmente possível. Isto porque, conforme explicou, existia uma cláusula que estipulava os limites de endividamento dos Municípios, fixando o limite de 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios ao aumento das dívidas das autarquias. No entanto, esta cláusula foi recentemente retirada, no âmbito das medidas de combate à pandemia, o que acabou por permitir que fosse hoje apresentada a proposta a votação. -----

De seguida, passou a palavra ao Sr. Dr. Rui Moraes, administrador designado pela Câmara Municipal na SGEB para que esclarecesse as



etapas do processo subsequentes, na sequência das deliberações dos órgãos municipais. -----

Começou o **Sr. Dr. Rui Moraes** por dizer que a primeira fase deste processo consistiu em avaliar se o “decair” da limitação dos 20% apenas teria aplicabilidade no âmbito das medidas de apoio e combate à pandemia, o que se viria a concluir em sentido negativo, pelo que, não havendo qualquer obstáculo jurídico, foi efetuada a presente proposta com base nessa alteração legislativa. -----

Continuou expondo a motivação da decisão, com referência aos documentos apresentados e mencionou que uma das condições necessárias à obtenção de visto do Tribunal de Contas, será o acordo entre credores e acionistas, concluindo que, conforme consta da fundamentação económica e financeira, estima-se uma poupança, com a liquidação da sociedade, de cerca de cinquenta e dois milhões de euros. De seguida tomou a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)**, elogiando a proposta apresentada, e dizendo que *“este é um ato de boa gestão municipal”* que permitirá poupança para os cofres do Município, e que o mesmo aconteceria se o PS fosse poder em 2013 ou no atual mandato, não sendo uma decisão surpreendente, mas sim expectável. -----

Não deixou, porém, de referir que a decisão de constituição da SGEB foi, ao tempo, ajustada à realidade, ainda que criticável, mas que deixou um legado. Os diversos equipamentos que foram sendo executados acabaram até por sustentar a candidatura de Braga a Capital Europeia do Desporto. -----

Disse também que todas as opções podem ser alvo de crítica, como aconteceu recentemente com a contração dum empréstimo por parte do Município de 12 milhões de euros e que também não deixa de ser pertinente que o Município não tivesse ao longo de todos

anos procurado renegociar os juros suportados no âmbito da parceria. -----

Referiu também que é importante saber se existe um acordo escrito entre os credores e os acionistas e conhecer os documentos finais de prestação de contas da sociedade que possibilitem aferir o real impacto desta operação nas contas do Município. -----

Reiterou, com efeito, no que respeita aos valores apresentados como estimativa de poupança para o erário público, que apenas com o acordo escrito a realizar com os credores e acionistas, e com a prestação de contas será possível evidenciar o real impacto da dissolução. -----

O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)**, alertou que a CDU tem, desde o início deste dossier em 2008, rejeitado este modelo de investimento, duvidando da necessidade de realização de alguns dos projetos que a parceria contemplava. Fez uma breve apresentação sobre a intervenção que a CDU teve ao longo destes anos neste procedimento. E realçou que a CDU avaliou os contratos de arrendamento que lhe foram sendo submetidos, manifestando sempre o seu voto contra, inclusivamente naqueles que foram já apresentados pela Coligação e que seguiram os mesmos termos dos que foram votados no passado. Sublinhou que é favorável ao proposto; que a alteração legislativa constituiu “uma janela de oportunidade” e que seria bom que os ganhos obtidos com a dissolução da sociedade fossem alocados no combate à Pandemia. Referiu que a capacidade de endividamento do Município não deixará de ficar limitada, mas o resultado final para as contas do Município será benéfico; motivo pelo qual acompanha este processo. No entanto, há uma “apreensão” e dúvida relacionada com este plano, adequadamente preparado no documento em



análise, que consiste no “cheque em branco” referente ao acordo de credores e acionistas, que, reconhecidamente, não está fechado e do qual poderá resultar “um valor desajustado”; razão pela qual o seu sentido de voto é o de abstenção neste ponto, tal como o foi em 2017, aquando da proposta de dissolução que nessa data foi levada aos órgãos.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** de novo, no uso da palavra, explicou que, em rigor, esta não é uma Parceria Público-Privada, que deve assentar numa lógica de partilha de risco entre o ente público e o privado; o que não é o caso desta; que se traduziu num mecanismo de engenharia financeira, em que o risco é suportado pela entidade pública. -----

Esclareceu ainda que a questão da eventual indemnização pelos lucros cessantes aos acionistas privados por não terem realizado as obras no valor de cerca de 30 milhões de euros nada tem a ver com a dissolução da SGEB, porque essa questão sempre se colocaria independentemente desta, porque a Câmara Municipal nunca aceitaria que essas obras se realizassem e esses lucros cessantes, a existirem, sempre ocorreriam fosse ou não dissolvida a SGEB.-----

Quanto à dita aprovação dos contratos de arrendamento também pela Coligação, esclareceu que, evidentemente, não podia deixar de assumir os encargos de obras já concursadas, não podendo logicamente deixar de cumprir com as regras do Estado de Direito, tal como aconteceu com outras situações; como a referente ao Estádio Municipal, por exemplo. -----

Ainda assim, opôs-se vivamente, esclarecendo que enquanto nos anteriores contratos de arrendamento a renda era fixa e independente da taxa de juro; nos que se lhe seguiram houve um

ajustamento em função dessa taxa de juro, pelo que não foram iguais aos anteriores. -----

Relativamente ao denominado acordo de credores e acionistas, que está ainda em aberto, não tem nada a ver com a componente financeira da dissolução da SGEB, mas com "as obras que deixaram de executar": Ou seja, os sócios privados da SGEB são, em simultâneo, os empreiteiros que executaram as obras que motivaram a sua constituição; assim, o que parece ser reivindicado pelos parceiros privados são os lucros cessantes relativos a potenciais construções. Mas isto, reafirmou o **Sr. Presidente**, tanto ocorreria com ou sem a dissolução da SGEB, uma vez que não iria ser alargado o modelo de financiamento para mais projetos. -----

Disse ainda que esta medida, contrariamente à do PS que foi meramente eleitoralista, que permitiu um encaixe de dinheiro, com agravamentos já demonstrados, visa desonerar o Município e as gerações posteriores. -----

O **Sr. Dr. Rui Moraes** esclareceu também que o ponto que está a ser sujeito a votação consiste apenas no despoletar do processo de dissolução, e que as peças voltarão posteriormente, a passar nos órgãos próprios, pelo que não há qualquer "cheque em branco" :o escrutínio vai ser feito, naturalmente, por todas as entidades e explicitou, novamente, as tentativas levadas a cabo no seio do Conselho de Administração da sociedade (e as atas comprovam), no sentido da renegociação dos juros dos suprimentos e das taxas de juro e outras, ainda que sem êxito, junto do parceiro privado, pelo que, é errado o que disse o **Sr. Vereador Artur Feio**, quando menciona que tais negociações não foram levadas a cabo; assim como, conforme já foi referido pelo **Sr. Presidente**, foi introduzida



uma clausula nos contratos – nos únicos 4 contratos exarados a partir de 2013– ao alocar a renda à evolução do custo financeiro. --
A concluir o **Sr. Presidente** referiu, uma vez mais, que a negociação dos valores a receber pelos acionistas privados por dissolução da SGEb poderá levar à constituição de um Tribunal Arbitral, nos termos do Acordo Parassocial, tendo como objeto o apuramento do valor da indemnização que lhes seja devida pela dissolução antecipada da sociedade, mas que este é um processo diferente, que correrá à margem do processo de dissolução, como já tinha esclarecido. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: “Deliberado por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO: Às **15,20 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.-----

